

Ambiental

1 - *Presidência da República / Despacho do Presidente da República* - [Mensagem nº 356, de 24 de junho de 2020.](#)

Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.446. O presidente da República, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6446, com pedido de declaração de nulidade de dispositivos do Código Florestal (Lei 12.651/2012) e da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006). O objetivo é afastar interpretações que, segundo a AGU, esvaziam o conteúdo do direito de propriedade e afrontam a segurança jurídica. O relator é o ministro Luiz Fux.

2 - *Ministério do Meio Ambiente / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade* - [Portaria nº 742, de 19 de junho de 2020.](#)

Institui no âmbito da Coordenação Geral de Administração, Tecnologia da Informação e Inovação - CGATI da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística o Núcleo de Gestão de Contratos em Apoio aos Centros de Pesquisa, localizado na cidade de Salvador/BA.

Defesa Agropecuária

1 - *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Gabinete da Ministra* - [Instrução Normativa nº 41, de 19 de junho de 2020.](#)

Atualiza os procedimentos de controle e prevenção dispostos no Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros- PNCRH.

2 - *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Gabinete da Ministra* - [Portaria nº 201, de 24 de junho de 2020.](#)

Declara estado de emergência fitossanitária relativo ao risco de surto da praga *Schistocerca cancellata* nas áreas produtoras dos Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para implementação do plano de supressão da praga e adoção de medidas emergenciais.

3 - *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Defesa Agropecuária* - [Decisão nº 63, de 24 de junho de 2020.](#)

Torna público o DEFERIMENTO dos pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas. Cultivares de soja, milho, tomate, rúcula e batata estão listadas.

Política Agrícola

1 - Atos do Congresso Nacional - [Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 70, de 2020.](#)

A Medida Provisória nº 958, de 24 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 27, do mesmo mês e ano, que “Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19)”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

2 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - [Resolução nº 75, de 22 de junho de 2020.](#)

Aprova o projeto-piloto de subvenção ao prêmio do seguro rural para operações enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, para as culturas de milho 1ª safra, soja, maçã e uva, no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR, no exercício de 2020.

3 Ineditoriais / Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - [Aviso de Consulta pública nº 1/2020.](#)

A ABDI informa que realizará Consulta Pública nº 01/2020 - Projeto Agro 4.0, que tem por objetivo coletar informações e sugestões de critérios para seleção de projetos pilotos. O Projeto Agro 4.0 vem sendo estruturado, nos últimos meses, pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI e Ministério da Economia - ME. A ABDI é vinculada, por meio de contrato de gestão, ao Ministério da Economia e realiza projetos de inovação com foco em aumento de produtividade e redução de custos para o setor produtivo brasileiro. Os projetos são desenvolvidos em parceria com diversos órgãos públicos, ecossistemas e iniciativa privada.

Tributária

1 - Atos do Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal - [Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.763.](#)

A ADI 1.763, discutia a constitucionalidade do artigo 58 da Lei nº 9.532/97, segundo o qual há incidência do IOF sobre as operações de alienação de direitos creditórios para empresas de factoring. Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a constitucionalidade do art. 58 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

2 - Atos do Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal - [Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.623.](#)

Na ADI, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) contesta o parágrafo 6º do artigo 25 da Lei 7.098/98, do Estado do Mato Grosso, que estabeleceu diferença tributária no crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do § 6º do art. 25 da Lei nº 7.098, de 30.12.1998, do Estado de Mato Grosso.

Infraestrutura e Logística

1 - Ministério da Economia / Gabinete do Ministro - [Resolução nº 133, de 10 de junho de 2020.](#)

Opina pela qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. - Ferroeste, para fins de apoio à desestatização.

2 - Ministério da Economia / Secretaria Especial de Fazenda - [Ato COTEPE/PMPF nº 19, de 24 de junho de 2020.](#)

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

3 - Ministério da Infraestrutura / Agência Nacional de Transportes Terrestres - [Portaria nº 362, de 24 de junho de 2020.](#)

No retorno das operações dos Postos de Pesagem Veicular na fiscalização de excesso de peso, após o término do prazo de suspensão das atividades de fiscalização previsto na Portaria nº 117, de 25 de março de 2020, conceder o prazo de até 30 (trinta) dias para que as concessionárias realizem as alterações necessárias a fim de garantir a operação em consonância com as medidas sanitárias preventivas cabíveis.

Trabalhista

1 - Atos do Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal - [Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.975.](#)

A Medida Provisória 388/2007, que estende a autorização para que os comerciantes trabalhem nos domingos e feriados, está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3975. Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação, nos termos do voto do Relator.

Nomeação / Exoneração

1 - Presidência da República / Vice-Presidência da República - [Portaria nº 66, de 24 de junho de 2020.](#)

- Substitui os membros das Comissões do Conselho Nacional da Amazônia Legal, constantes no anexo da Portaria nº 46, de 16 de abril de 2020.

2 - Ministério da Economia / Secretaria Executiva - [Portaria nº 14.831, de 22 de junho de 2020.](#)

- Designa os servidores para compor o Comitê Interministerial de que trata o art. 2º do Decreto nº 10.187, de 20 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de saneamento básico no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos.